

BIBLIOTECA INCLUSIVA: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão

INCLUSIVE LIBRARY: rethinking policies for access and inclusion for hearing impaired at the Federal University of Maranhão

Letycyra Cristina Barbosa Vieira*

RESUMO

A biblioteca como espaço inclusivo a partir de iniciativas desenvolvidas no âmbito governamental e acadêmico. Objetiva identificar as políticas de acesso e inclusão voltadas para o atendimento da comunidade com surdez no Núcleo Integrado de Bibliotecas – NIB da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, através de uma pesquisa exploratória e qualitativa que utilizou como instrumento de coleta dados uma lista de verificação construída com base na NBR 9050:2004, na Lei 10.098/00 e no Decreto 5.296/04. Demonstra em seus resultados que a universidade possui um núcleo que cuida dos aspectos relacionados com o acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais e que o NIB segue as suas determinações. Conclui, a partir da observação dos pontos evidenciados na lista de verificação, que o NIB ainda não desenvolve nenhum serviço ou produto voltado para o atendimento da comunidade com surdez.

Palavras-chave: Biblioteca universitária. Biblioteca Inclusiva. Deficiência auditiva. Acessibilidade. Política de inclusão.

ABSTRACT

The library inclusive space from initiatives in government and academic environment. Aims to identify policies for access and inclusion aimed at assisting the community with deafness in the Integrated Core Libraries - NIB, Federal University of Maranhão - UFMA through an exploratory and qualitative research used as a tool for collecting data a checklist built based on NBR 9050:2004, Law 10.098/00 and Decree 5.296/04. Shows in their results that the university has a core that

takes care of matters relating to the access and retention of people with special needs and the NIB follows its determinations. Concludes from the observation of points shown on the checklist, the NIB has not developed any service or product aimed at assisting the community with deafness.

Keywords: University library. Inclusive Library. Hearing impaired. Accessibility. Inclusion policy.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades especiais – PNE configura-se como um desafio que ainda não fora superado e compreendido na sociedade civil. Apesar de algumas iniciativas e reivindicações de pessoas ligadas a membros de associações ou organizações, que lutam em defesa dos interesses e direitos destas pessoas, terem conseguido a criação e aprovação de documentos jurídicos com este fim, observa-se que ainda há dificuldades no cumprimento desta legislação em muitos setores da sociedade, principalmente, no que se refere à acessibilidade, que muitas vezes afeta também questões referentes ao mercado de trabalho, transporte, lazer, cultura e educação.

Sendo assim, o Estado em seu papel de regular as relações humanas e garantir que os direitos sociais sejam de acesso de todo cidadão tem desenvolvido políticas de acesso e inclusão, que como o próprio nome esclarece fazem parte de medidas que permitem a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania.

No ambiente das Instituições de Ensino Superior – IES, que têm uma grande

importância na emancipação e desenvolvimento social, também é possível observar o reflexo destas políticas. Dentre estas políticas governamentais, tem-se a Lei nº 10.558/02 que cria o Programa Diversidade na Universidade que incentivou algumas universidades a destinarem em seu sistema de cotas 10% das vagas para PNE na sua forma de ingresso.

O impacto desta lei em algumas universidades federais do país fez com que houvesse um aumento do número de PNE na comunidade acadêmica e a necessidade de adequarem o seu sistema e a sua estrutura arquitetônica. Neste sentido, a Biblioteca Universitária como parte integrante deve acompanhar esta tendência, uma vez que precisa está preparada para atender as necessidades informacionais destes novos acadêmicos que constituem um grupo diversificado, com limitações físicas ou psicológicas.

Desta forma, levando em consideração os questionamentos resultantes de um profissional que poderá atuar neste panorama, que foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo no Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão através de instrumentos como: observações diretas e listas de verificação.

Assim, por meio destes instrumentos e outras informações coletadas durante a realização deste estudo, foi possível responder aos questionamentos: quais as políticas de inclusão que o NIB tem implantado e promovido para atender as pessoas com deficiência auditiva? Nestas políticas está incluso o treinamento para seus funcionários em Libras e o oferecimento de serviços e produtos direcionados a este público? E ainda apresentar algumas considerações relevantes para se pensar a postura e papel do bibliotecário e da biblioteca diante deste desafio, como poderá ser visto nas seções a seguir.

2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA, SURDEZ E COMUNIDADE SURDA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A compreensão dos aspectos que envolvem a deficiência auditiva, a surdez e a comunidade surda percorre uma trajetória que se inicia com o estudo da história dos deficientes auditivos no contexto mundial.

Ao buscar este histórico de luta e discriminação que os deficientes auditivos sofreram na sociedade de forma geral, encontra-se que até o início da Idade Moderna, quando afloraram as ideias renascentistas e iluministas, duas vertentes foram dominantes na descrição dos fatos, sendo uma referente à questão filosófica e outra religiosa.

Em relação à comunidade surda, segundo Coutinho (2008), não se têm relatos sobre sua existência antes do final do século XVIII, mas apenas referências dispersas sobre a existência de surdos. Acredita-se que assim como os demais deficientes, eles também sofreram casos de torturas, discriminação e abandono por parte inclusive da própria família, que seguindo regras de sua própria cultura ou princípios religiosos, acabavam cometendo estes atos de crueldade e genocídio.

Na antiguidade clássica, observa-se a forte influência de dois filósofos gregos, Platão e Aristóteles, na marginalização não só de pessoas surdas, mas PNE de forma geral. Os argumentos defendidos por eles, principalmente, os de Aristóteles, atingiam inclusive o processo de educação dos surdos que não eram considerados humanos, pois não tinham o domínio da fala que era resultado do pensamento, que caracterizava o ser humano e o diferenciava dos animais (COUTINHO, 2008; HONORA; FRIZANCO, 2009; SOARES, 2005).

Na Idade Média este pensamento ainda permanecia, sobretudo em virtude das leis

que estavam em vigor. Estes documentos jurídicos proibiam surdos de receberem heranças, fossem escolarizados e frequentassem os mesmos locais que os ouvintes. Diante desta situação, a Igreja Católica com o interesse de manter o seu poder passou a ensiná-los através de códigos ou gestos, com ajuda dos monges que não podiam falar porque haviam feito votos de silêncio (HONORA; FRIZANCO, 2009; BOTELHO, 1998).

Na Idade Moderna, estes gestos foram melhorados e possibilitaram a criação de um tipo de linguagem que influenciou no surgimento das primeiras comunidades surdas. Desta forma, com os avanços das técnicas e métodos educacionais voltados para pessoas surdas foram fundados os primeiros institutos e escolas especializadas que utilizavam os métodos sinalizado ou oral (COUTINHO, 2008; HONORA; FRIZANCO, 2009; SOARES, 2005).

No Brasil, o primeiro instituto voltado para o atendimento de pessoas com surdez foi criado em 26 de setembro de 1857 pela Lei nº 839 assinada por D. Pedro II. Este instituto inicialmente fora chamado de Imperial Instituto dos Surdos, mas após dois anos de sua fundação passou para Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Apesar de ser fundado por D. Pedro II, ele foi resultado dos esforços de Ernesto Hüet e seu irmão que trouxeram para o Brasil o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais, que mais tarde deu origem a Língua Brasileira de Sinais (HONORA; FRIZANCO, 2009; MAZZOTTA, 2003).

Na Idade Contemporânea, os conflitos mundiais, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, surgiram os primeiros documentos jurídicos voltados para garantir os direitos das PNE. São exemplos destes documentos a Declaração dos Direitos Humanos, a Declaração de Jomtien, Salamanca e a Convenção de Guatemala. Além dos documentos, houve também a

criação das primeiras organizações mundiais como: as Organizações das Nações Unidas – ONU, Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência (ENABLE) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste período, houve no Brasil a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a criação da Constituição de 1988, a Fundação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e o reconhecimento da Libras como a segunda língua oficial brasileira com a Lei 10.436/02.

A aprovação desta lei foi essencial não só pelo reconhecimento nacional desta forma de linguagem, mas também porque permitiu a inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores nos níveis médios e superior. É importante ressaltar que a Libras para comunidade surda é o que a identifica, a torna homogênea e a fortalece, sendo assim contribui para a criação de uma cultura diferenciada e própria.

As características que abrangem este tipo de linguagem, que assim como a oral transmite conceitos e emoções, é a utilização de um meio visual-espacial e de parâmetros como a configuração das mãos, pontos de articulação, movimentos, orientação/direcionalidade e expressão facial/corporal.

A criação de uma forma de linguagem própria e a ampliação dos estudos em diversas áreas sobre a deficiência auditiva e a surdez permitiu que houvesse melhor compreensão das suas particularidades e as suas diferenças na comunidade surda, embora ainda nos documentos jurídicos sejam tratadas como sinônimas.

Ao explicar esta diferença a partir da variação da intensidade e da frequência da perda da audição, Smith (2008) apresenta a deficiência auditiva como uma perda de leve a moderada, enquanto surdez como aquela que está situada na faixa de grave a profunda.

Em relação ao termo deficiente e surdo, Guessser (2009) discute os seus conceitos a partir das concepções do modelo biomédico e social. A conceituação com base no modelo biomédico leva em consideração a condição biológica do indivíduo, bem como o seu estado fisiológico, anatômico e psíquico. O modelo social propôs uma visão diferenciada do modelo biomédico, com base nas teorias sociológicas que possibilitaram avanços no estudo da deficiência, por meio da contemplação de características sociais e fatos relacionados com a discriminação e a segregação dos deficientes na sociedade.

Desta maneira, esta autora apresenta que o termo deficiente auditivo para a comunidade surda ou ouvinte, que utiliza a língua de sinais, tem uma carga semântica maior do que o termo surdo. Isto porque, eles rejeitam o modelo dominante, o biomédico, que está vinculado a estereótipos baseados em uma perspectiva totalmente fisiológica e em um discurso de normalização e de medicação, que não reconhece a dimensão política, linguística, histórica, social e cultural da surdez, na construção de conceitos ou nomeações para os surdos.

Em relação à surdez, levando em consideração os aspectos de interação social e a identidade criada por pessoas surdas, Guessser (2009, p. 67) coloca que é vista de forma positiva na comunidade surda e também que não é tida como uma deficiência pelos seus integrantes, uma vez que:

A surdez como deficiência pertence a uma narrativa assimétrica de poder e saber; uma “invenção/produção” o grupo hegemônico que, uns termos sociais, históricos e políticos, nada tem a ver com a forma como o grupo se vê ou se representa: “Quando os surdos discutem sua surdez, eles usam termos profundamente relacionados com a sua língua, seu passado, e sua comunidade” (Padden & Humphries, 1988: 44). [...] Infelizmente, na nossa sociedade, o

aspecto cultural a surdez é ainda mais difícil de ser aceita quando os discursos recaem e se fixam exclusivamente no fenômeno físico.

Este discurso enfoca o modelo social, pois ressalta que a deficiência está relacionada à dificuldade que a sociedade tem em lidar com a diversidade, que neste caso fica evidenciada pela falta de entendimento e respeito à própria opinião da pessoa surda, que se mostrou insatisfeita com termos e conceitos apresentados.

O conhecimento destes aspectos é fundamental para a criação de políticas inclusivas que promovam a democratização do acesso aos direitos sociais para as pessoas surdas. Sendo assim, para entender de que forma esta política e outras medidas tem refletido na inclusão destas pessoas no ensino superior, que na seção a seguir é enfatizado como as universidades têm si preparado para propor maior inclusão e acesso para que estes cidadãos possam permanecer e concluir seus cursos, dispondo de todos os recursos necessários para uma aprendizagem com qualidade.

3 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A inclusão de PNE no ensino superior representa um processo que se iniciou com a democratização e expansão das universidades, que em seu contexto histórico estavam destinadas a suprir as necessidades emergenciais das classes dominantes. Portanto, desde a fundação da primeira universidade brasileira, na década de 1920, até a atualidade, houve uma série de modificações referentes ao seu papel e estrutura, influenciados, principalmente, pela reforma universitária, pela Constituição de 1988 e pela pressão oriunda dos movimentos populares.

Neste sentido, a universidade, a partir destas modificações, passou a ter um papel preponderante na emancipação e no

desenvolvimento social, através da formação de cidadãos críticos capazes de refletir sobre sua realidade e produzir ou identificar soluções viáveis a sua problemática. Por isso, torna-se importante que a universidade seja acessível a todos e promova a inclusão social, cumprindo o seu papel político e social na construção de uma sociedade justa e igualitária.

No intuito de promover esta inclusão e democratização que o Estado tem criado políticas públicas de inclusão, como por exemplo, os conjuntos de políticas afirmativas. Estas políticas foram criadas com o objetivo de garantir a igualdade de tratamento e de oportunidade para a comunidade negra, indígena, idosa e de PNE. Dentre estas políticas tem-se o sistema de cotas e os Programas sociais como o Prolind, o Uniafro e Incluir (BRASIL, 2006).

O Programa social que atende a comunidade de PNE é o Incluir. Este programa foi lançado em 2005, pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) e pelo Ministério da Educação com o lema “Igualdade de Oportunidade e Direito à Universidade” e tem como objetivo provocar uma transformação no ambiente educacional e cultural das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com medidas de acessibilidade nos ambientes e currículos, por meio da eliminação das barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.

O Ministério da Educação destaca que muitas universidades federais já aderiram a este programa e obtiveram recursos para desenvolver seus próprios projetos de inclusão, para a aquisição de equipamentos, mobiliários, reformas nos campi, materiais didáticos específicos, qualificação de professores e contratação de pessoas especializadas para auxiliar no atendimento de alunos com deficiência (BRASIL, 2006).

As políticas desenvolvidas no âmbito governamental e institucional das

universidades foram importantes para tornar possível a melhoria das condições de ensino oferecidas as PNE. Deste modo, por reconhecer esta importância no regulamento das atividades acadêmicas, que a seguir é apresentado algumas das políticas de inclusão voltadas para o atendimento dos deficientes auditivos no ensino superior.

3.1 POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO SUPERIOR

As pessoas com deficiência auditiva representaram no Censo da Educação Superior de 2009, 22% dos alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação nas IES. Este número reflete o avanço das iniciativas no atendimento escolar na educação básica e no ensino médio, onde se tem implantado legislações, decretos e políticas mais diretas para a qualificação do professor, adequação das escolas, capacitação e contratação de pessoas para atuarem como intérpretes.

Os documentos jurídicos que orientam o atendimento de pessoas com deficiência auditiva buscam incentivar as práticas inclusivas e garantir que os valores de igualdade, de oportunidade, de justiça social, de respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar e outros sejam cumpridos pelo Estado e pela sociedade de forma geral. São exemplos destes documentos:

- a) Lei 10.098/00: determina normas para a acessibilidade nos sistemas de comunicação como a contratação e formação de intérpretes;
- b) Decreto 5.296/04: semelhantemente à Lei 10.098/00, estabelece a contratação de intérpretes ou outras pessoas capacitadas para atender pessoas com surdez;
- c) Decreto 5.626/05: determina e disciplina o uso da Libras, além de outros aspectos importantes na garantia de mais acesso dos deficientes auditivos no mercado de

trabalho, no sistema educacional e na sua vida em sociedade.

Nestes documentos jurídicos, muito foi observado a figura do instrutor, intérprete ou tradutor da língua de sinais. Este fato deve-se ao papel fundamental que este profissional tem na inclusão de pessoas com deficiência auditiva.

Filietaz (2008) ressalta que o intérprete é uma pessoa fluente em língua de sinais que possui a função de mediador e tem capacidade de traduzir em tempo real ou em um pequeno lapso de tempo uma língua sinalizada para uma oral ou vice-versa. Destaca ainda, que o intérprete é peça fundamental no acesso do ensino à comunidade surda, por isso deve ter uma postura ética, respeitosa e ter conhecimento, além da língua de sinais, da língua portuguesa e de aspectos culturais para transmitir durante a conversação exatamente a mensagem como foi emitida.

Cechinel (2005) também ressalta a importância do intérprete ter uma postura mediadora e acrescenta que ele deve atuar de forma imparcial em sua transmissão, com confiabilidade, discrição, profissionalismo e fidelidade.

Neste sentido, o intérprete precisa estar capacitado para atuar em diversos setores, seja em unidades escolares, eventos ou outros estabelecimentos e instituições. Portanto, ao reconhecer a sua importância na inclusão de pessoas com surdez, que o Programa Incluir do Governo Federal orienta as IES a contratar estes profissionais e inserir aulas de Libras no currículo dos cursos de formação de professores.

A Secretaria de Educação Superior, por sua vez, definiu que estas medidas seriam obrigatórias para todas as escolas e universidades federais a partir de 23 de dezembro de 2006, em cumprimento ao Decreto 5.626/05; no entanto, passaram-se

sete anos e ainda observa-se a não aplicação desta norma em muitas destas instituições.

Mediante a este fato, é possível afirmar que houve falta de iniciativa das gestões educacionais para que este projeto ocorresse, mas também que a falta de profissionais para atuarem como intérprete favoreceu o seu não cumprimento neste quesito, especialmente, porque para atuar neste ambiente “deveria ter, no mínimo, uma formação superior, de preferência na área de atuação, além de um curso de intérprete da língua de sinais através da FENEIS” (SANDER, 2003 apud CECHINEL, 2005, p. 29).

Verificam-se aliados a estas problemáticas que afetam a atuação das políticas de inclusão voltadas para o atendimento das pessoas com deficiência auditiva e dificultam o seu acesso e permanência no ensino superior, a existência de outras dificuldades que podem ser iniciadas dentro do próprio ambiente familiar, como é relatado por alguns estudiosos.

A esse aspecto, Bortoleto, Rodrigues e Palamin (2002 apud MANENTE; RODRIGUES; PALAMIN, 2007), baseados nos resultados de sua pesquisa com pais de filhos de deficientes auditivos, revelam que 90% deles desejam que seus filhos continuem estudando, mas apenas 5% acreditam que eles possam concluir um ensino superior. Este fato revela que os pais ainda não acreditam que seus filhos tenham condições de concluir um ensino superior, ou porque ainda mantêm atitudes protecionistas, ou porque acreditam que as IES ainda não estejam preparadas para proporcionar um atendimento adequado que incentivem seus filhos a permanecer e concluir seus cursos.

Bisol e outros (2010) ao descreverem a situação do deficiente auditivo no ensino superior afirmam que apesar dos avanços de uma educação bilíngue de qualidade e o aumento das políticas públicas de inclusão que favoreceram o acesso e a participação

ativa de PNE em diferentes contextos sociais, a pessoa com surdez encontra no contexto universitário um ambiente desafiador que acaba favorecendo o fracasso e o abandono do curso. Isso porque, na descoberta das novas informações e novos conhecimentos, precisam antes contornar os problemas de linguagem, as condições de estudos inapropriadas e a dificuldade de relacionamento com os colegas, professores e com o ambiente.

Sendo assim, na visão de Stumpf (2008) a universidade precisa desenvolver medidas e políticas para pessoas com surdez que atuem nos processos seletivos, na criação de cursos ou treinamento de Libras para ouvintes e professores, que ative as discussões em seminários ou outros eventos acadêmicos e amplie as documentações presentes sobre esta temática nas bibliotecas.

Portanto, as bibliotecas universitárias devem estar atentas às discussões que englobam a inclusão, não só pela necessidade de escolher documentos que tratam desta temática para ampliarem seus acervos, como foi ressaltado por Stumpf (2008), mas também para atuarem como meios de práticas inclusivas e cumprirem seu papel social junto às PNE. Assim, visando à importância da atuação destas instituições neste contexto que será apresentado a seguir o seu comportamento diante destes aspectos, as legislações e algumas iniciativas observadas para a melhoria do atendimento de PNE (deficiência auditiva).

4 O PAPEL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As transformações ocorridas no ensino superior, mencionadas na seção anterior, afetaram também a sua biblioteca, que assim como os demais departamentos da universidade, precisaram adequar e repensar sobre a sua estrutura física e seu atendimento para cumprir com as exigências previstas na

legislação. Consequentemente, mediante a pressão oriunda destes documentos legais e da própria população com deficiência, a biblioteca viu-se diante do desafio de buscar novas ferramentas e atitudes que permitam não só oferecer serviços e produtos com qualidade, mas também reforçar o seu papel social, por meio da busca de novas possibilidades de acesso e inclusão em seu ambiente.

Atualmente, este desafio tem sido cada vez mais vivenciado nas bibliotecas universitárias brasileiras, principalmente devido à diversificação da sua comunidade de usuários e pela necessidade de cumprir com a legislação e normas previstas pelo Ministério da Educação – MEC que exige para a autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos superiores que as IES forneçam condições básicas de acesso, mobilidade e de utilização de equipamento e instalações, como podemos perceber no Art. 1º da Portaria 3.284/03 que diz:

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Apesar desta norma não mencionar diretamente a biblioteca, sabe-se que ela também está inclusa e também participa juntamente com as IES deste processo de avaliação, em que se observam as condições de acessibilidade prevista na NBR 9050 (2004, p. 88) que determina:

8.7.2 Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.7.3 A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme figura 158. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°, conforme 4.3.

8.7.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme 4.6 e 4.7.

8.7.5 Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.

8.7.6 Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R.* e P.M.R.** Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

O Decreto 5.296/04 também traz recomendações importantes para a adequação da biblioteca no atendimento de PNE em seu Art. 24, cujo direciona a responsabilidade de adequação de seu espaço a sua instituição mantenedora, e inclusive recomenda em seu § 1º, alínea II colocar a disposição de alunos, professores, servidores e empregados com deficiência apoio técnicos para permitir acesso às atividades escolares e administrativas de forma igualitária aos demais.

A criação destas medidas foi importante para forçar tanto as bibliotecas quanto as IES a se organizarem para promover maior acessibilidade e inclusão em seus ambientes. Apesar disso, percebe-se que muitas delas ainda não estão preparadas para o seu atendimento, já que elas não dispõem de mobiliário e estrutura física adequada para promover conforto e mais autonomia, que permita as PNE consultarem as informações disponibilizadas à comunidade acadêmica.

* Pessoa em Cadeiras de Rodas

** Pessoa com Mobilidade Reduzida

Silveira (2000), ao refletir sobre a falta de preparo das bibliotecas para atender PNE, destaca que esta postura tem contribuído para reforçar a marginalização destas pessoas. Esta autora apresenta, também, algumas problemáticas relevantes para entender de que forma a biblioteca universitária está situada em relação à promoção da inclusão de PNE no ambiente universitário.

Diante destas problemáticas as TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação têm sido ferramentas importantes para romper com as barreiras impostas pela falta de instalações adequadas e serviços apropriados que atendam as PNE nas bibliotecas universitárias brasileiras. Isso porque, a acessibilidade promovida pelas TICs também tiveram contribuições significativas para tentar mudar este cenário no Brasil, a partir do momento que passaram a ser utilizadas para promover a inclusão com a criação de projetos que contemplam os processos sociais, como aponta Passarino e Montardo (2007).

As bibliotecas universitárias brasileiras têm adotado a disponibilização de informações em sites e blogs para facilitar o acesso e também fazer com que esta informação atinja um número maior de pessoas, pois estará em rede. Mas para que estes recursos consigam alcançar seus objetivos, precisam ser construídos na mesma perspectiva proposta pelo *designing for all*, para permitir que todos tenham acesso sem distinção. Para possibilitar que isto ocorra no Brasil são adotadas diretrizes e técnicas das abordagens do consórcio W3C e do Departamento de Governo Eletrônico do Governo Federal. O consórcio W3C permitiu desenvolver especificações, guias de *software* e ferramentas tecnológicas para que houvesse igualdade no acesso à internet (SOUSA, OSORIO; ANDRADE, 2008).

A experiência de utilizar os recursos da internet pode ser proveitosa, tendo em vista

que pode atingir um quantitativo de deficientes relevantes. A exemplo, Pupo e Vicentini (1998, p. 8) comentam que durante o processo de adequação da BIBIFCH – Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas solicitaram a ajuda de pessoas com deficiência e colocaram na internet a simples comunicação “precisamos de ajuda, pois pretendemos adequar a biblioteca para as PPD***...” e receberam uma grande quantidade de respostas, sugestões, reivindicações e reclamações que a levaram concluir que estas pessoas estão conectadas a rede e a utilizam para trocar experiências, bem como para lutar pelos seus direitos e também exercitar um esboço da cidadania, pela possibilidade de obter informações. É possível também observar que as pessoas com deficiência conhecem seus direitos e estão dispostos a auxiliar as instituições ou pessoas que queiram se adequar as condições de acessibilidade e inclusão.

Algumas bibliotecas universitárias brasileira têm despertado para a importância de promover maior inclusão e acesso em seu espaço, de forma que em virtude do novo contexto vivenciado pela universidade brasileira, precisam proporcionar condições e oportunidades para todos entrarem em contato com o saber produzido e difundido; que os permita ter acesso ao conhecimento necessário para a resolução dos seus problemas diários e eleve o seu nível cultural. E ainda, favoreça a proximidade entre o usuário e o bibliotecário através do resgate do conceito e da prática da cidadania, através de ações que reflitam suas decisões em prol da sociedade (CYSNE, 1993).

Deste modo, ao pesquisar algumas destas iniciativas encontrou-se projetos interessantes que poderiam ser adotadas por outras unidades de informação. Dentre estes projetos, são exemplos de iniciativas voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva: a Universidade Estadual

de Campinas (UNICAMP) que possuem um Laboratório de Acessibilidade que oferece recursos e orientação a PNE em suas pesquisas; a Universidade Estadual Paulista (UNESP) que disponibiliza um tradutor em Libras automatizado e Dicionário Digital de Libras Ilustrado; a Universidade de Brasília (UnB) com a Biblioteca Digital Sonora e o empréstimo via internet; e a Universidade Federal do Ceará (UFC) com a janela de Libras com vídeos em Libras que transmitem informações sobre a sua biblioteca.

Dentre estas iniciativas, foi possível observar que em sua totalidade estão buscando recursos provenientes das TICs para ampliar e melhorar as formas de atendimento em suas bibliotecas. Sendo assim, apesar de ainda serem poucas as iniciativas voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva, se comparado àquelas voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência visual, que dispõem de vários *softwares* como: leitores de tela (Jaws, Virtual Vision e Dosvox) adaptadores de mapas, gráficos e tabelas (TGD Pro) e digitalizadores de documentos em Braille; já representam um modelo com alternativas para que outras bibliotecas possam adequar seus serviços e também desenvolver outros projetos que visam melhorar o atendimento da comunidade surda da sua instituição.

Assim, levando em consideração estas e outras iniciativas em relação esta comunidade, que será apresentado a seguir algumas informações relevantes sobre a metodologia adotada nesta pesquisa para se pensar a Biblioteca Inclusiva, com base nas políticas que tratam da biblioteca no âmbito governamental e institucional. Neste caso, tem-se como foco o NIB, que é formado por uma rede de bibliotecas ligadas a uma central, situada na Cidade Universitária no Bacanga, e também a sua instituição mantenedora, juntamente com o seu Núcleo de Acessibilidade.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

*** Pessoas Portadoras de Deficiência

Esta pesquisa foi realizada na UFMA em São Luís, que assim como as demais IFES do país, aderiu ao sistema de cotas desde 2007 e atualmente disponibiliza 45% de vagas para alunos de escola pública, negros, índios e PNE. A população de discentes com deficiência nesta universidade está em torno de 146 pessoas, mas estima-se que este número aumente a cada ano conforme o crescimento e expansão das políticas de inclusão na educação básica.

Inicialmente, quando esta universidade passou a adotar o sistema de cotas, ainda não havia uma estrutura arquitetônica e políticas definidas para o atendimento destes discentes. Por isso, tornou-se necessária a criação de um núcleo que pudesse incentivar o desenvolvimento de medidas que garantissem maior acessibilidade e inclusão, conforme as normas estabelecidas pela SEESP – Secretaria de Educação Especial.

Neste sentido, em 17 de dezembro de 2009 pela Resolução nº 121 foi aprovada a criação do Núcleo de Pró Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação (NAPPEDE), agora conhecido como Núcleo de Acessibilidade (NUACE).

Este núcleo foi criado com a finalidade de garantir acesso, ingresso e permanência de PNE nesta universidade por meio de apoio técnico e atendimento especializado, como informa o Art. 3º de sua resolução. Dentre as iniciativas tomadas por este núcleo estão: a aquisição de equipamentos como impressoras Braille, máquinas de escrever Braille, computadores, impressoras jato de tinta, lupas eletrônicas e gravadores; adequação da estrutura arquitetônica como a construção de rampas de acesso e de banheiros acessíveis; contratação de pessoas especializadas para atuarem como tradutores e interpretes; e a ampliação do número de transportes coletivos adaptados para pessoas com deficiência física.

Para apoiar a universidade nas funções de ensino, pesquisa e extensão, a UFMA possui uma rede de bibliotecas, o NIB, que é formado por uma central e várias bibliotecas setoriais distribuídas em muitos municípios maranhenses, como por exemplo, São Luís, Imperatriz, Pinheiro e Codó. Como se tornaria inviável analisar todas as bibliotecas que constituem este núcleo, adotou-se como fonte de dados somente a Biblioteca Central que está localizada na Cidade Universitária, no Bacanga em São Luís, no mesmo local onde está localizado o setor administrativo do NIB. Neste sentido, como o objetivo desta pesquisa foi identificar as políticas de acesso e inclusão voltadas para o atendimento da comunidade com surdez no NIB, então houve a necessidade de desenvolver uma pesquisa exploratória por envolver levantamento bibliográfico, análise documental e observações de fatos ou fenômenos conforme as orientações de autores como Gil (2002) e Oliveira (2010). Além disso, foi utilizada a abordagem qualitativa em virtude da necessidade de identificar e compreender os aspectos relacionados à inclusão e à acessibilidade na UFMA e sua biblioteca.

Por envolver estes dois tipos de pesquisas, além da pesquisa bibliográfica e de campo, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram as observações diretas norteadas por listas de verificações, construídas a partir das normas estabelecidas na NBR 9050:2004, na Lei 10.098/00 e no Decreto 5.296/04.

É importante ressaltar que as observações diretas foram realizadas conforme as recomendações propostas por Oliveira (2010), Cooper e Schindler (2003). Sendo assim, Oliveira (2010) propõe que a observação direta, também chamada de observação estruturada ou sistemática, tenha uma coleta de dados planejada e utilize instrumentos que permita o registro das observações relativas aos comportamentos verificados. Cooper e Schindler (2003) acrescentam que o observador deve estar fisicamente presente e monitorando os fatos e fenômenos à medida

que ocorrem. Estes autores destacam ainda que esta observação é flexível pela possibilidade de mudança de foco pela obtenção de fatos inesperados.

Esta pesquisa apresentou muitos destes pontos inesperados destacados por Cooper e Schindler (2003), principalmente em virtude da não autorização da coleta de dados nas bibliotecas do NIB e na dificuldade de dialogar com os discentes surdos da UFMA. Portanto, como muitas das questões abordadas nas listas de verificações não foram possíveis de ser identificadas, foi preciso coletar estas informações em outros documentos ou com conversas informais com funcionários da UFMA e de sua biblioteca.

A análise dos dados como uma das últimas fases de uma pesquisa foi realizada seguindo as recomendações de Gonçalves (2005), Marconi e Lakatos (2001), Cooper e Schindler (2003) e Oliveira (2010). Sendo assim, os procedimentos compreenderam:

- coleta e análise simultânea dos dados obtidos na observação direta e na conversa com funcionários da biblioteca central e da UFMA;
- identificação e preenchimento das listas de verificação com os aspectos essenciais obtidos do tópico anterior;
- síntese e interpretação dos dados apresentados na lista de verificação;

- complementação da análise de dados com a análise documental de informações obtidas de noticiários e publicações do NIB e da UFMA;
- análise geral de todos os dados coletados a partir do referencial teórico apresentado nas seções

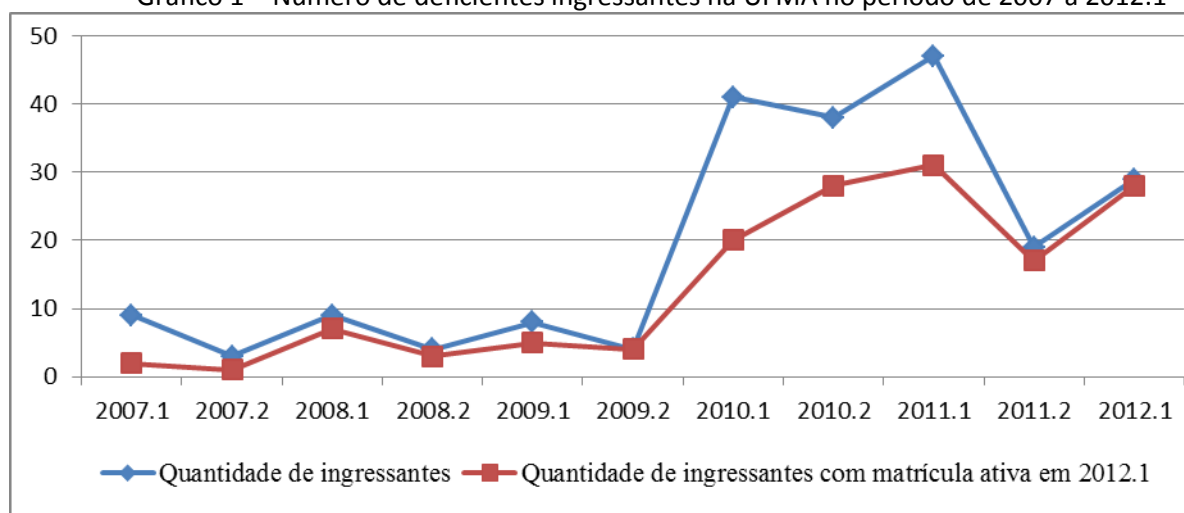
Os resultados provenientes desta análise são apresentados na seção seguinte respeitando as falas e informações disponibilizadas durante a realização desta pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos documentos, das listas de verificação e da observação direta revelou aspectos importantes para se identificar as políticas que atuam na UFMA para PNE.

Sendo assim, através destas informações foi possível identificar que a quantidade de deficientes tem crescido consideravelmente nos últimos anos na UFMA, já que conforme os dados fornecidos pelo DEOAC – Departamento de Organização Acadêmica que estão apresentados no Gráfico 1, desde o ano em que se iniciou o uso do sistema de cotas nesta instituição, em 2007, houve um aumento de aproximadamente 94,31%, em relação ao ano de 2012.

Gráfico 1 – Número de deficientes ingressantes na UFMA no período de 2007 a 2012.1



Fonte: Departamento de Organização Acadêmica da UFMA

Grande parte das PNE que ingressaram durante os anos 2007 a 2012, foram pessoas com deficiência visual e física, enquanto somente a partir de 2008, observa-se o ingresso de pessoas com deficiência auditiva. Em 2012 a população de deficientes visuais correspondia a 17 alunos, enquanto a de deficientes auditivos era de apenas dois alunos.

A informação obtida no Gráfico 1 também nos revela que a UFMA ainda não tem conseguido alcançar um nível satisfatório, já que o índice de desistência ao se comparar a quantidade de ingressantes de 2009 a 2012.1 com matrícula ativa, considerando que a duração dos cursos em sua maioria é de quatro anos ou oito semestres, apresentou um valor de 53 alunos que trancaram ou abandonaram seus cursos de graduação. Por isso que, algumas legislações e normas foram criadas com este fim, visando não só adequar às instalações físicas dos prédios, mas desenvolver um ambiente em que as PNE pudessem ter mais autonomia na realização de suas atividades.

Apesar disso, o ambiente da UFMA em São Luís já oferece algumas condições de acessibilidade às PNE, como por exemplo, a adequação arquitetônica e a contratação de pessoas especializadas para atuarem como tradutores e intérpretes.

Estas iniciativas foram intensificadas com a criação do NUACE. Deste modo, a estrutura deste núcleo foi construída para permitir que nenhum aspecto referente à inclusão e acesso a PNE deixasse de ser contemplado. Sendo assim, a sua estrutura, conforme a Resolução nº 121 está composta por uma diretoria, coordenações técnicas e um conselho consultivo.

A coordenadoria técnica, mas precisamente, a Coordenação de Interpretação e Transcrição, que tem a responsabilidade de identificar das dificuldades da comunidade surda na

universidade e agir para solucioná-las. Em relação à capacitação de seus funcionários na utilização da língua de sinais, segundo informações do coordenador do NUACE são oferecidos cursos nesta área.

Neste sentido, observa-se que a UFMA tem cumprido com as determinações da Secretaria de Educação Superior em relação à disponibilização de profissionais para atuar como intérpretes. Desta forma, tem valorizado a importância que eles representam na inclusão de pessoas com surdez, ressaltados pelos autores Cechinel (2005) e Filietaz (2008).

Além disso, buscando não só adequar as condições físicas e contratar profissionais que possam atuar na tradução e interpretação em Libras e em Braille (oito funcionários), o NUACE tem realizado seminários, palestras e campanhas sobre a temática da acessibilidade e inclusão social de PNE na universidade como uma forma de conscientizar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre as questões que envolvem esta temática e sobre a importância de saber conviver e valorizar a diversidade.

O sistema de sinalização da UFMA tem melhorando bastante em virtude do evento SBPC – Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência que possibilitou melhor identificação dos setores dentro e fora dos prédios. Anteriormente neste aspecto, esta instituição ficava a desejar, pois apesar de existir placas nas portas das salas e algumas na frente dos prédios indicando quais repartições estão localizadas neles, nem sempre estavam em uma altura aceitável, ou seja, que permitisse de imediato a sua visualização, ou ainda eram inexistente e sem legenda, o que dificultava não só a localização e circulação de pessoas com deficiência auditiva, que se utilizam muito de recursos visuais para sua orientação, mas também para aqueles sem esta deficiência.

Um recurso que não foi observado nesta instituição foi o telefone com texto – TDD e sistemas de alerta/alarme luminoso que devem estar tanto nos banheiros como em todos os prédios. O recurso do telefone TDD auxilia a pessoa com deficiência auditiva entrar em contato com as repartições da universidade, mas sabe-se que com o advento da internet, que possibilitou a criação dos correios eletrônicos e redes sociais, muitas instituições têm buscado estas iniciativas em substituição a este sistema de comunicação, como é o caso da UFMA. Os sistemas de alerta são importantes para indicar a estas pessoas no caso de incêndio ou outra ocasião de risco e estão previstos na NBR 9050:2004.

Outro fator ressaltado na lista de verificação foi a existência de grupos de estudos sobre esta temática, que apresentou resultado positivo, em virtude de haver no Programa de Pós-graduação em Educação um grupo que se dedica não só a estudar aspectos de inclusão e acessibilidade na universidade, mas também em outros meios, sendo em sua maioria no âmbito escolar.

A seguir serão apresentados alguns aspectos referentes ao Núcleo de Bibliotecas da UFMA, que durante a sua trajetória, assim como muitas bibliotecas brasileiras, tem sido relevante no contexto histórico desta universidade e na construção ou divulgação do conhecimento para a comunidade acadêmica, como foi possível observar em algumas informações fornecidas logo no início esta seção.

6.1 DADOS REFERENTES AO NÚCLEO INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFMA

O NIB é formado por uma rede de bibliotecas setoriais e uma central e desempenha uma função importante no apoio as atividades curriculares dos cursos da universidade, por oferecer através de seu acervo e instalações informações técnico-científicas e possibilitar que estas possam ser acessadas, armazenadas

e geradas na comunidade acadêmica. (PEREIRA; FIGUEIREDO, 2008)

A sua Biblioteca Central possui uma história confundida com a própria história da universidade, já que foi evoluindo e se desenvolvendo de acordo com o progresso alcançado por ela. A sua estrutura organizacional enfoca bem este vínculo, pois está diretamente ligada ao gabinete do reitor, logo também à Coordenadoria dos Órgãos Suplementares.

Esta biblioteca funciona em uma área do prédio CEB Velho juntamente com outros órgãos administrativos desta universidade. Portanto, apesar de ocupar uma área grande deste prédio, ainda não tem um espaço ideal para o atendimento da grande demanda de usuários provenientes dos diversos cursos, dos setores de serviços da universidade e do seu ambiente externo. Sobre isto Prado (1979) ressalta que as bibliotecas deveriam possuir edifícios próprios que fossem criados com a orientação do bibliotecário, juntamente com um arquiteto, que considerariam em seu planejamento todas as exigências da biblioteca e futuras expansões necessárias em um melhor atendimento para seu usuário.

Os fatores que têm contribuído para que esta realidade seja notada nesta biblioteca estão relacionados à expansão universitária, com o aumento do número de cursos de graduação e pós-graduação que tem contribuído para a diversificação e o aumento do número de discentes nesta universidade. Além disso, já são evidentes os problemas em relação ao material de empréstimo, atendimento e a qualidade nos serviços oferecidos como: guarda-volumes e espaços para leitura ou pesquisa.

Figueiredo (2010) elencou alguns problemas vivenciados nesta unidade de informação, dentre os quais destaca: a falta de espaço para desenvolver os serviços dos setores de Processamento Técnico (PT) e de Indexação

de Periódicos (SCFA) e para o recebimento de materiais bibliográficos; a falta de um ambiente adequado para a Assessoria de Processamento de Dados, para a Biblioteca Digital e para o portal de periódicos que dividem salas, onde são executadas atividades diferenciadas das realizadas por estes setores; o desconforto ocasionado pela falta de espaço adequado para que os bibliotecários possam realizar seus trabalhos; a ausência de instalações adequadas para receber pessoas com deficiência; e outros problemas ocasionados por inadequação e insuficiência da climatização, controle de umidade, iluminação, acústica e sistema de prevenção de sinistros.

Ainda segundo esta autora, a solução encontrada para a resolução destes problemas foi a construção de um novo prédio, que tende a oferecer um espaço adequado para os funcionários e usuários desta biblioteca tenham mais comodidade na execução de suas atividades. Dentre os pontos a serem contemplados, ela ressalta a necessidade de tornar o espaço da biblioteca mais acessível aos usuários com limitações físicas, auditivas, visuais e múltiplas, sendo assim, necessário adequar-se aos padrões de acessibilidade proposto pelo Decreto 5.296/04 e NBR 9050:2004. Com vista nestas normas, o projeto arquitetônico do novo prédio foi construído de forma que valorizasse o terreno aplaneado, para a construção de um prédio com três pavimentos com uma variedade de acesso nos diferentes níveis para pessoas com limitações físicas.

Atualmente, o prédio em que funciona a Biblioteca Central em questão de acessibilidade e inclusão dispõe de rampas de acesso devidamente sinalizadas para auxiliar pessoas com deficiência visual a se locomover por ela, além de, como informa a diretora do NIB, equipamentos e programas como: calculadora falada, lupa eletrônica, programas de voz, *scanner*, computador de pesquisa especial e cabine adaptada encontram-se disponibilizados.

Estes recursos, segundo ainda o relato da diretora, estão voltados para pessoas com baixa visão, cegas ou com outras deficiências, com exceção da auditiva que não conta com nenhuma política, serviço ou produto específico para seu atendimento em nenhuma das bibliotecas do NIB. Este fato pode ser explicado, segundo ela, mediante a compreensão de que a biblioteca segue determinações ou políticas macros elaborada pelo NUACE, sendo assim cabe a ele definir e apresentar estas políticas para a instituição e os demais executarem. Como o NIB não foi informado de nenhuma política voltada para o atendimento desta clientela na biblioteca, acabou se visualizando uma lacuna que pode ser refletida no atendimento a este público.

Deste modo, por não apresentar nenhuma política, serviço ou produto que visem à inclusão de pessoas com deficiência auditiva verifica-se que grande parte dos dados a serem observados na lista de verificação foi ausente ou não puderam ser verificados, tais como: projetos ou políticas voltadas para melhorar o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência auditiva na biblioteca e a inexistência, assim como na universidade, de telefones TDD. Quanto aos aspectos que envolvem a qualificação dos profissionais e a existência de profissionais qualificados para atender esta clientela, não foi possível ser esclarecido, uma vez que a barreira imposta pela inexistência de políticas voltadas para inclusão de pessoas com deficiência auditiva no NIB impossibilitou que estes aspectos fossem constatados durante a pesquisa. Mas mesmo assim, foi possível obter algumas informações relevantes através de outras fontes, como noticiários publicados no site da universidade, que no período em que a biblioteca fora reinaugurada em 2007, houve a realização de um curso de Libras para os funcionários da Biblioteca Central.

Apesar de não se saber ao certo os frutos produzidos deste curso, após quase cinco anos, e muito menos como é realizado os

treinamentos em Libras com os outros funcionários da UFMA, mencionado pelo coordenador do NUACE em uma conversa informal, a universidade tem suprido esta deficiência de profissionais capacitados em língua de sinais com a contratação de pessoas para atuarem como intérpretes e tradutores que permitem com que estes acadêmicos possam interagir e serem acompanhados em suas atividades durante a sua vivência acadêmica nesta instituição.

A sinalização presente no ambiente da Biblioteca Central é suficiente para que o usuário encontre o serviço ou informação que deseja, pois ela está presente na entrada do prédio com a descrição de todos os departamentos que tem seu funcionamento nele.

A biblioteca apresentou não conformidade assim como a universidade de forma geral, em relação à inexistência de sistemas de alerta/alarme luminoso, sendo uma recomendação da NBR 9050:2004 como pôde ser visto anteriormente. Quanto ao sistema automatizado utilizado na biblioteca, foi observado que este não oferece recursos para identificar quanto e quais são aqueles usuários com deficiência cadastrados na biblioteca. Assim como, qual o tipo de deficiência que estes usuários possuem, sendo apenas identificado na própria carteira do usuário que ele possui necessidades especiais.

Verifica-se mediante os resultados apresentados que apesar das políticas de inclusão já terem sido elaboradas há bastante tempo no âmbito governamental, como é o caso das normas (Lei 10.098/00, Decreto 5.296/04 e NBR 9050:2004) utilizadas para avaliar o cumprimento das determinações que garantem um padrão de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais (deficiência auditiva), foram adotadas de forma tardia pela UFMA, que começou a cumpri-las, de forma expressiva, apenas a partir de 2009, quando a população de

deficientes já era formada por 37 acadêmicos. Portanto, observa-se que sua biblioteca vivencia a mesma trajetória, uma vez que ainda apresenta limitações quanto a recursos e qualificações de seus bibliotecários no atendimento de pessoas com deficiência. Principalmente, em relação àqueles com deficiência auditiva que estão menos assistidos por ela que aqueles com deficiência visual, que já possuem alguns equipamentos e *softwares* que auxiliam na busca e acesso à informação.

Desta forma, a “Universidade que cresce com a Inclusão Social” deve lembrar-se daquela que sempre fez parte da sua história e lhe auxiliou na construção ou divulgação do conhecimento para a comunidade acadêmica. Desta forma, assim como a UFMA, a sua biblioteca universitária também necessita propiciar um ambiente que venha dar condições para que o principal motivo de sua existência, o usuário ou cliente, possa promover, através das informações contidas nos materiais bibliográficos, audiovisuais ou eletrônicos, mudanças em seu contexto político, econômico e social.

7 CONCLUSÃO

A reflexão sobre as ações políticas relacionadas à inclusão e acessibilidade para a biblioteca universitária vai de encontro ao entendimento da própria política como um meio em que se contempla e valoriza a pluralidade humana. Sendo desta forma, de suma importância na vida de qualquer cidadão, por permitir através de normas, regras ou leis a convivência de maneira harmoniosa e respeitosa entre eles. Mas a política também se revela nas ações de cada um, quando estes se relacionam entre si e lutam juntos na garantia de seus direitos.

Ao longo do relato histórico das pessoas com deficiência auditiva, observa-se o início destas ações políticas na busca pela inclusão social e do reconhecimento dos seus direitos como cidadãos. E durante este percurso, nota-se

que as ações de discriminação e segregação contra estas pessoas são bastante antigas e estiveram presentes até mesmo na cidade onde o sentido e o conceito de política nasceram, a Grécia.

A universidade, assim como sua biblioteca, nasceu no meio destas concepções sociais baseadas na exclusão, mas ao longo de sua trajetória fora rompendo com este pensamento e atualmente, em virtude das exigências previstas na legislação, tem como obrigação proporcionar um ambiente favorável aos seus discentes e demais funcionários na execução de suas atividades.

A UFMA, seguindo estas recomendações, tem conseguido propor um ambiente mais inclusivo para pessoas com surdez, pois como fora visto na seção anterior, grande parte dos requisitos propostos pela Lei 10.098/00, pelo Decreto 5.296/04 e pela NBR 9050:2004 organizados na lista de verificação foram contemplados. Mas é importante ressaltar, que apesar destas normas estarem sendo cumpridas não se pode afirmar ao certo se está satisfazendo as necessidades reais das pessoas com deficiência auditiva ou outras deficiências, uma vez que esta não tem conseguido fazer com que boa parte destes discentes permaneça e conclua seus cursos de graduação, como fora percebido no Gráfico 1.

A biblioteca em sua função social junto à comunidade, não pode deixar de participar deste contexto. Portanto, precisa dispor de profissionais capacitados e de uma estrutura que permita seus usuários, seja eles com necessidades especiais ou não, dispor de um ambiente que contemple suas particularidades e valorize sua diversidade. Deste modo, conseguirá atuar como uma Biblioteca Inclusiva que não só se preocupa com a inclusão em seu meio interno, mas também, contribui para a sua extensão através da participação ativa nas discussões que englobam esta temática.

Segundo informações do NIB, observa-se que este núcleo não tem conseguido atuar desta forma na UFMA, uma vez que se encontra delimitado a executar as políticas macros determinadas pelo Núcleo de Acessibilidade desta universidade. Além disso, apesar de apresentar algumas iniciativas referentes à acessibilidade e inclusão de PNE, como a adoção de ferramentas de tecnologia assistiva, ainda não contempla ações para aqueles com deficiência auditiva, que apesar de estarem em número inferior (apenas dois discentes), não são inexistentes na universidade.

O NIB reflete também a atuação de muitas outras bibliotecas universitárias brasileiras, que apesar de já manifestarem algumas iniciativas em relação à adaptação física e arquitetônica dos prédios e já utilizarem mecanismos que permitem atender pessoas com deficiência visual, ainda desenvolvem pouco ou quase nada para sua clientela com deficiência auditiva, exceto os exemplos citados no subtópico 6.1.1, onde já se têm projetos interessantes que poderiam ser adotados por outras destas unidades de informação.

A construção de uma Biblioteca Inclusiva parte também da análise da atuação do bibliotecário, que precisa no exercício da sua profissão estar atento e qualificado para os novos desafios vivenciados dentro e fora do seu ambiente de trabalho. Isso porque, a biblioteca e outros centros de informação estão em constantes mudanças, pois existem para atender a sua clientela que necessita de serviços e produtos especializados as suas necessidades.

Sendo assim, em relação ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva é necessário ao falar com ele chamar a sua atenção sinalizando a sua intenção; falar pausadamente de frente para ele, de forma que lhe dê oportunidade para fazer a leitura labial de suas palavras; proporcionar maior visibilidade à sua fala, evitando objetos ou

gestos em frente aos lábios; ser expressivo na comunicação, e caso não entenda algo durante o diálogo, deve pedir que ele repita. O bibliotecário através da sua qualificação no uso da língua de sinais, além de poder dialogar diretamente com o seu usuário surdo para conhecê-lo e identificar seus anseios informacionais, também poderá atuar em um novo campo profissional, o de intérprete.

O bibliotecário pode buscar parcerias com os grupos de estudo do Programa de Pós-graduação em Educação ou então com outras instituições locais ou nacionais que oferecem treinamentos em Libras e tenham algum serviço ou produto que possa ser adotado para atender as necessidades informacionais da comunidade com surdez da UFMA.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_image-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. Biblioteca reinaugurada. São Luís, 2 ago. 2007, UFMA Notícias. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=2407>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

BISOL, Cláudia Alquati et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 147-172, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a08.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

BOTELHO, Paula. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizontes: Autêntica, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 45/2004 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Secretaria especial de editoração e publicações, Subsecretarias de edições técnicas, 2005.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Seção 1, n. 246, p. 28-30. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 11 abr. 2012.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

_____. Lei nº 10.558, de novembro de 2002. Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 nov. 2002, Seção 1, p. 6. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=222916&norma=235532>>. Acesso em 12 jul. 2012.

_____. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002, Seção 1, p. 23. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em 12 jul. 2012.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2000/10098.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27744. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/1/proejalei9394.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 nov. 2003. Seção 1, p. 12. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

_____. Secretária de Educação Superior. **Educação superior: caminhos da emancipação social**. Brasília, 2006.

CECHINEL, Lenita Ceccone. **Inclusão do aluno surdo no ensino superior**: um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico. 2005. 71 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2079/1/tese.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COUTINHO, Amândio da Encarnação. Surdo, professor de surdos – perspectiva histórica e situação atual. In: MOURA, Maria Cecília de; VERGAMINI, Sabine Antonialli Arena; CAMPOS, Sandra Regina Leite de. Educação para surdos: práticas e perspectivas. Santos: Grupo Editorial Nacional; Santos, 2008.

CYSNE, Fátima Portela. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: UFC, 1993.

FIGUEIREDO, Regycléia Botelho Alves. Projeto arquitetônico do prédio da Biblioteca Central

da Universidade Federal do Maranhão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/...de.../relatorio-de-gestao-ufrgs-2008>>. Acesso em: 18 maio 2012.

FILIETAZ, Marta R. Proença. Atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais/língua portuguesa no IES. In: SEMINÁRIO SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR, 1., 2008, Londrina. **Palestras...** Londrina: UEL, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/portal/index.php?pagina=principal.php>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

GESSER, Audrei. **Libras?: que língua é essa?: crenças e preceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda cultural, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico**: Censo da Educação Superior de 2009. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://www.anaceu.org.br/conteudo/noticias/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.

LABORATÓRIO de Acessibilidade. [São Paulo]: [UNESP], c2012. Disponível em: <<http://lab.bc.unicamp.br:8080/lab/sobre>>. Acesso em: 12 maio 2012.

MANETE, Milena Valelongo; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PALAMIN, Maria Estela Guadagnuci. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitem o acesso ao ensino superior.

Revista Brasileira Educação Especial, Marília, v. 13, n. 1, p. 27-42, jan./abr. 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000100003...>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PASSERINO, Lílíana Maria; MONTARDO, Sandra Portella. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A ESCOLA LATINO AMERICANA DE COMUNICAÇÃO, 11., 2007, Pelotas. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2007. Disponível em:
<<http://redessociaiseinclusao.pbworks.com/f/e-compos.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

PEREIRA, M. R. S.; FIGUEIREDO, R. B. A. Política de Qualidade no Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CRUESP Bibliotecas, 2008. Disponível em:
<<http://www.repositorio.ufma.br:8080/xmlui/>>. Acesso em: 18 maio 2012.

PRADO, Heloísa. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

PUPO, Deise Tallarico; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 1998. Disponível em:
<<http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO24708/regina.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. **Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em:
<<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5. ed. Tradução de Sandra Moreira de Carvalho. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SORAES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SOUSA, Felipe Franco de; OSORIO, Marcos Coimbra; ANDRADE, Edméia L. P. de. Proposta de avaliação de acessibilidade em sites por deficientes visuais. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 5., 2008, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: AEDB, 2008. Disponível em:
<http://www.aedb.br/seget/artigos08/407_ArtigoFINAL_Alterado.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

STUMPF, Marianne Rossi. Formação do docente de Libras e inclusão da disciplina nas licenciaturas. In: SEMINÁRIO SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR, 1., 2008,

Londrina. **Palestras...** Londrina: UEL, 2008. 10 slides. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pa/ges/arquivos/palestra_mesa_03_03.pdf> Acesso em: 23 mar. 2012.

WEB Accessibility Initiative (WAI). [S.l: s.n], c2012. Disponível em: <<http://www.w3.org/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

W3C Brasil. [S.l: s.n], c2011. Disponível em: <<http://www.w3c.br/Home/WebHome>>. Acesso em: 15 maio 2012.

Dados sobre Autoria

*Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão e bibliotecária na Biblioteca de Agronomia da Universidade Estadual do Maranhão.
E-mail: cris-lyty@hotmail.com

Agradeço as professoras Ms. Jaciara Januário de Almeida e Esp. Maria da Piedade Oliveira Araújo da UFMA pelas orientações que possibilitaram a conclusão desta pesquisa.